



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**

# **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**FEVEREIRO DE 2025**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**

## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSODE ESPECIALIZAÇÃO EM** **GESTÃO ESCOLAR**

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância

Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

Adaptação do projeto para atendimento ao Edital CAPES Nº

25/2023 no âmbito da UFOP

Profa. Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha

Profa. Dra. Mirian Assumpção e Lima

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**

**REITORA**

Professora Dra. Cláudia Aparecida Marlière de Lima

**VICE-REITOR**

Professor Dr. Hermínio Arias Nalini Júnior

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Professora Dra. Renata Guerra de Sá Cota

**PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Professor Dr. Douglas da Silva Tinti

**DIRETORA DO CEAD/UFOP**

Professora Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha

**COORDENADOR UAB/CEAD/UFOP**

Técnico Administrativo MSc. Salvador Gentil dos Santos

**COORDENADOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Professor Dr. Helton Cristian de Paula

# Sumário

<u>Sumário</u>	4
<u>APRESENTAÇÃO</u>	5
<u>1 Dados de Identificação do Curso</u>	7
<u>2 Introdução</u>	8
<u>3 Justificativa</u>	9
<u>4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos</u>	10
<u>5 Diretoria de Educação a Distância da Capes</u>	11
<u>6 Caracterização regional</u>	12
<u>7 Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil</u>	13
<u>8 Aspectos institucionais</u>	13
<u>8.1 Missão</u>	16
<u>8.2 Visão</u>	16
<u>8.3 Princípios e valores</u>	16
<u>8.4 Outros aspectos</u>	17
<u>9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar</u>	18
<u>9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso</u>	19
<u>9.2 Concepção pedagógica do curso</u>	19
<u>9.2.1 Objetivo geral</u>	20
<u>9.2.2 Objetivos específicos</u>	20
<u>9.3 Organização curricular</u>	20
<u>9.3.1 Módulo Básico</u>	20
<u>9.3.2 Módulo Específico</u>	21
<u>9.3.3. Ementário</u>	22
<u>10 Estrutura administrativo-pedagógica</u>	34
<u>10.1 Equipe multidisciplinar</u>	36
<u>10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar</u>	37
<u>10.3 Docentes que participam da gestão do curso</u>	38
<u>11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa</u>	38
<u>11.1 Rede comunicacional</u>	38
<u>11.2 Produção de material didático</u>	39
<u>11.3 Sistema de tutoria</u>	39
<u>11.4 Encontros presenciais</u>	40
<u>12 Diretrizes de avaliação</u>	41

<a href="#">12.1</a>	<a href="#">Avaliação institucional</a>	42
<a href="#">12.2</a>	<a href="#">Avaliação dos subsistemas de EAD</a>	43
<a href="#">12.3</a>	<a href="#">Avaliação de aprendizagem</a>	44
<a href="#">13</a>	<a href="#">Processo de comunicação-interação entre os participantes</a>	46

## **APRESENTAÇÃO**

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais;

o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

# 1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização de Gestão Escolar

b) Proponente:

Universidade Federal de Ouro Preto UF: MG

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

CNPJ/MF: 23.070.659/0001-10

Endereço: Rua Diogo de Vasconcelos, nº 122, Ouro Preto - MG

Telefone: 31 3559 – 1218 Fax: 31 3559 - 1228

e-mail: reitoria@ufop.edu.br

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.

d) Modalidade:

Curso ofertado na modalidade a distância

e) Número de vagas:

150 vagas.

f) Formas de ingresso:

Chamamento por edital a partir dos critérios estabelecidos pela CAPES com processo seletivo realizado nos polos onde serão ofertadas as vagas.

g) Duração do curso:

Agosto de 2025 a Dezembro de 2026.

h) Previsão para Início das atividades:

04 de agosto de 2025.

## 2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares em Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;
- Resolução CONPEP/UFOP nº 34, de 15 de fevereiro de 2022

### 3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável

afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

## **4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos**

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação

- básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
  - III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
  - IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

## **5 Diretoria de Educação a Distância da Capes**

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e

cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

## 6 Caracterização regional

A UFOP tem contribuído para ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas no ensino superior. Desde a primeira oferta do curso de Administração Pública no sistema UAB (em 2007) e pelo PNAP (a partir de 2009), atendendo municípios em Minas Gerais, em São Paulo, na Bahia e no Acre com cursos de graduação e especialização *lato sensu*.

Participando desse amplo sistema nacional de educação superior a distância, a UFOP tem atendido na graduação alunas(os) nos curso de bacharelado em Administração Pública e na licenciatura de Pedagogia, de Matemática e de Geografia.

Na pós-graduação, a UFOP participou do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública ofertando os cursos de especialização *lato sensu* de Coordenação Pedagógica e de Gestão Escolar. Também ofertou cursos de especialização *lato sensu* em Gestão Pública para atender a demanda de capacitação de servidores desta Universidade e diversas prefeituras mineiras. Outros cursos de especialização *lato sensu* ofertados pela UFOP, igualmente na modalidade a distância, foram Mídias na Educação, Práticas Pedagógicas e de Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis. O curso de especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena foi ofertado na modalidade semipresencial.

Para a caracterização regional da oferta do curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Escolar considerou-se a premissa de interiorização da especialização para os municípios médio porte, de municípios com uma maior densidade em escolas de ensino fundamental e de ensino médio, bem como a proximidade desses municípios à UFOP. Também foi observada a relação construída durante as sucessivas ofertas que possibilitaram o amadurecimento da convivência entre a UFOP, os Polos de apoio presencial e as Prefeituras Municipais, fator determinante para o sucesso dos cursos. Nessa direção, o apoio administrativo da Prefeitura para o funcionamento do polo é decisivo para continuidade das ofertas. O

curso será ofertado nas seguintes regiões e respectivos municípios do estado de Minas Gerais:

- i) Região Metropolitana de Belo Horizonte (Lagoa Santa e Sabará),
- ii) Vale do Rio Doce (Timóteo),
- iii) Zona da Mata (Ponte Nova),
- iv) Campo das Vertentes (Campo Belo).

## **7 Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil**

Para atender a demanda do Edital nº 25/2023, o curso de Especialização em Gestão Escolar na modalidade a distância, iniciará em fevereiro de 2023 sua primeira oferta destinada cinco oitos polos de apoio presencial com vagas distribuídas conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas.

<b>MUNICÍPIO POLO</b>		<b>NÚMERO DE VAGAS</b>
1	Campo Belo (MG)	30
2	Lagoa Santa (MG)	30
3	Ponte Nova (MG)	30
4	Sabará (MG)	30
5	Timóteo (MG)	30
<b>Total</b>		<b>150</b>

Fonte: Ofício Circular nº 34/2024-CPCM/CGAPC/DED/CAPES

## **8 Aspectos institucionais**

Inovação, modernidade e tradição são características que constituem a identidade da Universidade Federal de Ouro Preto. Essa Universidade é uma instituição pública federal que, no decorrer de sua história, sempre esteve sintonizada com o seu tempo, projetando-se de maneira sólida para o futuro. Atualmente, é uma

das mais importantes universidades do estado de Minas Gerais e do Brasil.

O espírito inovador e empreendedor da UFOP esteve presente desde a criação da Escola de Farmácia, em 1839 e, da Escola de Minas, em 1876, que constituíram as bases para que, dessas centenárias instituições de ensino, se formasse a UFOP em 1969. Dez anos mais tarde, a UFOP passou a abrigar o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), ampliando o âmbito de suas áreas de conhecimento, que possibilitou o desenvolvimento do diálogo com a comunidade de seu entorno.

Com o atendimento ao princípio vital para o fortalecimento da graduação, da pesquisa e da extensão, foram criadas outras unidades de ensino: o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC); o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB); a Escola de Nutrição (ENUT); o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) e, mais recentemente, o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA); o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); a Escola de Medicina (EMED); a Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM) e a Escola de Educação Física (EEF).

Em 2012, a UFOP encerrou um ciclo de expansão iniciado em 2007, que resultou na ampliação significativa de sua estrutura física, bem como da oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Foram construídos, aproximadamente, 50 mil metros quadrados de salas de aulas, laboratórios e espaços de convivência. Atualmente, a Universidade ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m<sup>2</sup> com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa, sendo uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, referência com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa projeção se deve à sua singularidade nas dimensões históricas de ensino, na pesquisa, na inovação em seu envolvimento comunitário e, sobretudo, à valorização de seu patrimônio humano: alunos, professores e técnicos administrativos. Em uma estrutura *multicampi*, formada pelos *campi* nos municípios de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, a UFOP está inserida na mesorregião de Belo Horizonte, estendendo-se até o município de João Monlevade e na microrregião de Ouro Preto, que abrange os municípios de Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Acaiaca, em Minas Gerais.

Em 2024<sup>1</sup>, a UFOP possui 899 professores efetivos, 74 professores substitutos e 684 técnicos administrativos, e oferece 52 cursos presenciais de

---

<sup>1</sup> Dados obtidos em <https://ufop.br/ufop-em-numeros> em 24/10/2024.

graduação e 04 cursos de graduação na modalidade a distância (EaD), 16 programas de doutorado; 34 programas de mestrado, sendo 27 acadêmicos e 7 (sete) profissionais e, também, 11 cursos de especialização.

O detalhamento do corpo discente, do corpo docente e de técnicos administrativos está disposto na Tabela 2 .

GRADUAÇÃO	PRESENCIAL	DISTÂNCIA	TOTAL
<b>Alunos</b>	11.346	1007	12.353
<b>Cursos</b>	52	4	56

Fonte: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> em 24/10/2024

PÓS-GRADUAÇÃO	DOUTORADO	MESTRADO		TOTAL STRICTO	ESPECIALIZAÇÃO
		ACADÊMICO	PROFISSIONAL		
<b>Alunos</b>	618	1.390		2.008	463
		1.172	218		
<b>Cursos</b>	16	34		50	11
		27	7		

Fonte: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> em 24/10/2024

Técnicos Administrativos	684
--------------------------	-----

Fonte: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> em 24/10/2024

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS					PROFESSORES SUBSTITUTOS				
	12H	20H	40H	DE	SUBTOTAL	12H	20H	40H	SUBTOTAL	TOTAL
<b>Graduado/ Especialista</b>	0	1	13	2	16	0	0	12	12	28
<b>Mestre</b>	0	2	24	62	88	0	0	38	38	126
<b>Doutor</b>	0	4	21	770	795	0	4	20	24	819
<b>Total</b>	0	7	58	834	899	0	4	70	74	973

Fonte: <https://ufop.br/ufop-em-numeros> em 24/10/2024

Em sua organização administrativa, a UFOP busca desenvolver uma estrutura de apoio institucional que seja capaz de solucionar os desafios impostos pela expansão ocorrida nos últimos anos. Dessa maneira, a universidade é estruturada de acordo com o seu estatuto, Resolução CUNI nº 1.868, aprovado em sessão realizada no dia 17 de fevereiro de 2017, em Administração Central e Unidades acadêmicas. Os órgãos da Administração Central são o Conselho Universitário, Conselhos Superiores,

Conselho Curador e Reitoria. O Conselho Universitário é assessorado pela Câmara de Pessoas, Câmara de Infraestrutura e Câmara de Orçamento e Finanças. Os Conselhos Superiores são assessorados pelos Conselho Superior de Graduação, Conselho Superior de Pesquisa e Pós-Graduação e Conselho Superior de Extensão e Cultura. Essa estrutura de apoio institucional procura solucionar os desafios impostos pela expansão ocorrida nos últimos anos.

A UFOP atua em todas as grandes áreas do conhecimento em nível de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e inovação. A instituição busca, especialmente por meio da extensão, desenvolver atividades afins com seus diversos públicos, priorizando o diálogo da Universidade com a sociedade e fortalecendo atividades culturais e artísticas. Nesse direcionamento, a UFOP também afirma como agente capaz de contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e pautada na sustentabilidade. É em torno desse objetivo que são definidos sua missão, visão e valores dispostos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025, conforme são apresentados a seguir.

## **8.1 Missão**

A UFOP tem como missão produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico-reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática.

## **8.2 Visão**

Ser uma universidade de excelência e reconhecida pela produção e integração acadêmica, científica, tecnológica e cultural, comprometida com o desenvolvimento humano e socioeconômico do país.

## **8.3 Princípios e valores**

Em conformidade com os princípios constitucionais e com as finalidades estatutárias, a atuação da UFOP pauta-se nos seguintes valores: autonomia; compromisso, inclusão e responsabilidade social; criatividade; democracia, liberdade e respeito; democratização do ensino e pluralização do conhecimento; eficiência, qualidade e excelência; equidade; indissociabilidade; integração e interdisciplinaridade; parcerias; preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural; saúde e qualidade de vida; sustentabilidade e transparência.

#### **8.4 Outros aspectos**

Em 09 de outubro de 1999, por meio da Portaria nº 349 da Reitoria da UFOP, foi criado o Comitê Assessor sobre o Ensino a Distância da UFOP para analisar e implementar as ações relativas à educação a distância no âmbito da Universidade.

O Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) foi criado, em 2000, para administrar e coordenar didática e pedagogicamente os cursos de graduação a distância oferecidos por meio de um convênio com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a licenciatura em Educação Básica. Inicialmente, o NEAD iniciou parceria com 5 polos de apoio presencial (PAP) que atendiam 1500 alunos em 30 municípios, mas em 2003 já contava com 12 polos atendendo 3.656 alunos.

Em 2006, o NEAD passou a ser uma unidade acadêmica – o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). De maneira diversa ao modelo da maioria das IPES que oferecem cursos na modalidade a distância, os professores que atuam em cursos nessa modalidade, de modo geral, estão lotados no CEAD.

Mesmo abrigando cursos de bacharelado e licenciaturas, até 2013, o CEAD não possuía departamentos. Os docentes dos cursos de Administração Pública, Pedagogia, Matemática e Geografia eram lotados na Unidade. Por meio da Resolução CUNI nº 1.541, de 21 de outubro de 2013, foram criados dois departamentos. O Departamento de Gestão Pública (DEGEP) que abriga o curso de graduação e as especializações *lato sensu* em Administração Pública. O Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE) que abriga os cursos de licenciatura e as especializações *lato sensu* em Mídias na Educação, em Práticas Pedagógicas, em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, em Educação das Relações Étnico-Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em Coordenação

Pedagógica e em Gestão Escolar.

É importante destacar a pluralidade na formação do corpo docente dos(as) professores(as) do DEGEP, havendo profissionais formados em diversas áreas do saber, como: Administração Pública, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Ciências Sociais, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Engenharia de Produção, Gestão do Agronegócio, História, Matemática. A pluralidade desse corpo docente é capaz de proporcionar ao egresso uma visão diferenciada sobre aspectos práticos que ocorrem na Gestão Pública por meio da transversalidade e interdisciplinaridade.

De maneira análoga, observa-se na formação do corpo docente do DEETE professores(as) formados(as) em diversas áreas do saber, como: Filosofia, História, Ciência Política, Matemática, Geografia, Letras, Pedagogia, Educação Física e Psicologia.

Associado ao aspecto destacado anteriormente e além da diversidade de saberes que o curso de Especialização em Gestão Pública é capaz de proporcionar a seus(as) alunos(as) e egressos(as), esse corpo docente também possui diversos professores(as) que foram ocupantes de outros cargos públicos antes de assumirem a docência. Isso contribui igualmente a uma visão prática e mais próxima da gestão em organizações públicas (o que contempla todas as instâncias e esferas governamentais).

## **9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar**

A oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar se insere em um contexto de iniciativas decorrentes da parceria UFOP/CEAD/UAB/CAPES no sentido de aprofundar e concretizar formas de articulação e cooperação com os sistemas de ensino em Minas Gerais, na perspectiva de colaborar com as ações de valorização profissional e de capacitação dos gestores escolares, contribuindo para a melhoria geral do ensino básico mineiro.

A proposta pedagógica, estará assentada na relação teoria-prática, que busca favorecer melhorias e incentivar inovações na prática cotidiana da gestão escolar que

concorram para a elevação qualitativa do padrão de escolaridade da educação básica. A formação com qualidade dos professores-gestores escolares, em nível de pós-graduação lato sensu, requer aprofundamento teórico que permita a compreensão sobre o alcance, as possibilidades e os limites das práticas de gestão nas escolas públicas como instituições que compõem a prática social, aliado à possibilidade de oferecer oportunidades para a reflexão a respeito dos aspectos operacionais que lhes são próprios. Esse processo de formação implica na apropriação de meios, mecanismos e instrumentos que permitam intervenções mais satisfatórias no dia-a-dia escolar, a partir da compreensão dos condicionantes sócio-políticos e econômicos que permeiam a organização escolar.

## **9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso**

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

## **9.2 Concepção pedagógica do curso**

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

### **9.2.1 Objetivo geral**

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

### **9.2.2 Objetivos específicos**

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

## **9.3 Organização curricular**

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

### **9.3.1 Módulo Básico**

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
–	<b>TOTAL DE HORAS</b>	<b>180</b>

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação. Também para iniciar a elaboração do Projeto de Intervenção, proposta de ação feita pelo discente orientada pelo docente, para a resolução de um problema real observado no seu local de trabalho, buscando contribuir para a melhoria dos serviços e processos .

### 9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
–	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>210</b>

### 9.3.3. Ementário

#### Disciplina 1 Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. <b>Introdução à educação a distância e AVEA</b> . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. <b>Introdução à educação a distância</b> . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. <b>Introdução à educação a distância</b> . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. <b>Educação a Distância: o estado da arte</b> . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. <b>Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem</b> . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. <b>Educação a distância: pontos e contrapontos</b> . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. <b>Educação e tecnologias da informação e comunicação</b> . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. <b>Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem</b> . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

#### Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

### Disciplina 3 \_ Políticas Públicas

#### EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1\\_0101\\_saravia.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

## Disciplina 4 \_ Gestão Pública

### EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

## Disciplina 5 \_ Metodologia da Pesquisa

### EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.



VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

### Disciplina 6 \_ Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Intervenção

#### EMENTA

Projeto de Intervenção: compreensão das causas do problema de pesquisa (intervenção); a descrição da importância de sua solução; a definição da metodologia de sua intervenção; a compreensão de quem são os atores envolvidos e como podem influenciar o projeto; e a definição das ações que terão mais impacto para a resolução dos problemas e as possíveis consequências da adoção do projeto.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas. 1999

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo. Atlas. 2003

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

## Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

### EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA versão preliminar

Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/marcos\\_referenciais/2018/pis\\_a2018-matriz\\_referencia\\_leitura\\_traduzida.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pis_a2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA versão preliminar  
Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/marcos\\_referenciais/2018/pisa2018-matriz\\_referencia\\_leitura\\_traduzida.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

## Disciplina 8 \_ Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

### EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

## Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

### EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de**

**recursos humanos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações:** papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina:** arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência:** por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

## Disciplina 10 \_ Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

### EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de

finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

## Disciplina 11 \_ Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

### EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019. —

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais**: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

## Disciplina 12 \_ Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

### EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

## **10 Estrutura administrativo-pedagógica**

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;

- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da UFOP ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

Estamos vivendo um período histórico de transição, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da gestão pública não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos(as) discentes e orientadores(as) – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do(a) discente, do(a) coordenador(a) de curso e dos(as) professores(as) formadores(as) ao(à) orientador(a) (tutor(a)); do(a) autor(a) ao(à) técnico(a) educacional (instrucional designer); do(a) editor(a) ao(à) artista gráfico(a) (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

## 10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar, apresentada nos Quadro 1 e Quadro 2 a seguir, que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores(as) e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) utilizadas no curso.

Quadro 1 – Docentes que atuarão no Curso de Especialização em Gestão Escolar

DOCENTES*	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	CARGA HORÁRIA	E-MAIL
Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira	Doutorado	Efetivo	40h	adgama@ufop.edu.br
Biancca Nardelli Schenatz	Doutorado	Efetivo	40h DE	biancca@ufop.edu.br
Breyner Ricardo de Oliveira	Doutorado	Efetivo	40h DE	breyner@ufop.edu.br
Carlos Alberto Dainese	Doutorado	Efetivo	40h DE	cdainese@ufop.edu.br
Daniela Leandro Rezende	Doutorado	Efetivo	40h DE	daniela.rezende@ufop.edu.br
Dulce Maria Pereira	Mestrado	Efetivo	40h DE	dulcemariapereira@ufop.edu.br
Getúlio Alves de Souza Matos	Doutorado	Efetivo	40h DE	getulio@ufop.edu.br
Helton Cristian de Paula	Doutorado	Efetivo	40h DE	helton@ufop.edu.br
Lelis Maia de Brito	Doutorado	Efetivo	40h DE	lelis@ufop.edu.br
Luciano Batista de Oliveira	Doutorado	Efetivo	40h DE	luciano.oliveira@ufop.edu.br
Mirian Assumpção e Lima	Doutorado	Efetivo	40h DE	mirian@ufop.edu.br
Rafael de Oliveira Alves	Doutorado	Efetivo	40h DE	rafael.alves@ufop.edu.br
Wellington Tavares	Doutorado	Efetivo	40h DE	wellington@ufop.edu.br
Wilson José de Araújo	Doutorado	Efetivo	40h DE	Wilson.jose@ufop.edu.br

\*Foram incluídos todos os docentes do DEGEP

Quadro 2 - Pessoal técnico-administrativo

NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	REGIME TRABALHO	E-MAIL
Eduardo Carvalho Chagas	Suporte servidores/ infraestrutura	Técnico Administrativo	40 horas (Efetivo UFOP)	suporte.cead@ufop.edu.br
Gilberto Correa Mota	Suporte vídeo /web conferência	Técnico Administrativo	40 horas (Efetivo UFOP)	gilberto.mota@ufop.edu.br
Guilherme José Anselmo Moreira	Suporte Moodle	Técnico em Tecnologia da Informação	40 horas (Efetivo UFOP)	moodle.cead@ufop.edu.br
Martinely Vieira Martins	Secretária da Direção do CEAD	Secretária Executiva	40 horas (Efetivo UFOP)	martinely.martins@ufop.edu.br
Roger Davison Bonoto	Suporte vídeo /web conferência	Técnico Administrativo	40 horas (Efetivo UFOP)	roger@ufop.edu.br
Weber Lásaro de Oliveira	Secretário de ensino do CEAD	Assistente em Administração	40 horas (Efetivo UFOP)	secretaria.ensino.cead@ufop.edu.br

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal

## 10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

As ações de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar atendem ao previsto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 e na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019. Também possuem correlação com as atribuições funcionais, de forma a capacitar docentes, técnicos administrativos e tutores com vistas ao atendimento das metas institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento

Institucional - PDI/UFOP.

Além destas, quando houver modificação significativa no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) haverá elaboração de um novo tutorial e atualização da equipe na nova plataforma, uma vez que a capacitação para o AVA ocorre em fluxo contínuo e, alternativamente, sob demanda.

## **11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa**

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Este curso utilizará a infraestrutura e expertise da Universidade Federal de Ouro Preto, especialmente do Centro de Educação Aberta e a Distância. Importante lembrar que é utilizada a plataforma Moodle e que toda a metodologia e recursos utilizados foram desenvolvidos e aprimorados ao longo dos últimos vinte anos.

### **11.1 Rede comunicacional**

Será utilizada a infraestrutura tecnológica existente para estabelecer canais de comunicação que possibilitem a ligação aos Polos e aos alunos. Nesse sentido, são utilizados os seguintes recursos:

- ▶ equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ coordenador de curso para se realizar o acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ orientação e apoio aos polos para promover o bom andamento das atividades do curso; e
- ▶ canais de comunicação entre Polos e a UFOP

## **11.2 Produção de material didático**

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

## **11.3 Sistema de tutoria**

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Em construção análoga à relação tutor-discente, cabe a UFOP zelar pela fluidez estabelecida entre docentes e tutores, possibilitando que as dificuldades dos(as) discentes e tutores(as) sejam também avaliadas pelos(as) docentes. Neste modelo de criação conjunta, portanto, acredita-se em uma melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem, cada vez mais adequados à dinâmica desejável para os cursos oferecidos a distância.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados: ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaulas; telefone; redes sociais; aplicativos de troca de mensagens instantâneas e *e-mail*.

#### **11.4 Encontros presenciais**

Os encontros presenciais serão motivo de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente,

apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo. A realização dos encontros presenciais está condicionada à disponibilidade orçamentária para o custeio destas atividades. Na ausência de recursos, o CEAD/UFOP promoverá encontros nos ambientes virtuais.

## **12 Diretrizes de avaliação**

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, em uma abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de

que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

## **12.1 Avaliação institucional**

Em concordância ao disposto na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a responsável pela condução dos processos de avaliação internos da UFOP, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pois informa sobre os procedimentos utilizados para a avaliação do Curso.

A CPA também desempenha um papel fundamental na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da UFOP ao prever estratégias que considerem as características da instituição, o seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a autoavaliação, as avaliações externas, a avaliação dos docentes pelos alunos e a avaliação da pós-graduação.

Em virtude do curso de Administração Pública, bacharelado na modalidade a distância, não possuir uma comissão de autoavaliação do Colegiado vinculada à CPA, esse curso busca oferecer instrumentos que possibilitem esse processo. São exemplos desses processos reuniões periódicas com o Colegiado, com o NDE e com os(as) docentes do curso; discussões e debates sobre os processos de ensino, aprendizagem e avaliativos do curso, como, também, a utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que visam indicar quais são as ações de incentivo e preparação dos alunos para a realização desse exame.

Nesta direção, o principal objetivo desse processo de avaliação é a utilização de uma perspectiva crítica e reflexiva para o desenvolvimento de ações pedagógicas, administrativas e práticas, por meio das quais a autoavaliação é considerada como um processo permanente, e pode ser considerada como um instrumento de construção e/ou consolidação da cultura avaliativa do curso, com a qual as comunidades interna e

externa possam se identificar e se comprometer com esse processo.

Assim, o caráter formativo desse processo pode possibilitar o aperfeiçoamento dos(as) docentes, discentes, tutores(as) e do corpo técnico-administrativo e, também, do institucional, pelo fato de colocar esses atores em uma postura crítica e reflexiva, que promove o desenvolvimento da autoconsciência com relação à Universidade.

## **12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD**

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão Escolar tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, poderá ser aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: discentes, professores(as) tutores(as), professores(as) conteudistas(as), professores(as) formadores(as) e coordenador(a) do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- i. Desempenho do(a) discente;
- ii. Desempenho dos(as) professores(as) tutores(as);
- iii. Desempenho dos(as) professores(as) formadores(as);
- iv. Adequação do sistema de tutoria;
- v. Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- vi. Qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- vii. Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- viii. Desempenho da coordenação do curso; e
- ix. Eficácia do programa.

Dentre os instrumentos de avaliação que poderão ser empregados está o Levantamento de Expectativa no início do curso para entender se o PPC atende o esperado pelos discentes. Ao término do Módulo Básico poderá ser aplicado um novo questionário para avaliar o desenvolvimento do curso, sugestões e críticas que podem ser incorporadas para melhoria no Módulo Específico.

Ao final do curso poderá ser aplicado um questionário de avaliação para identificar as lacunas e os pontos críticos que ocorreram na oferta do curso, os pontos positivos e as oportunidades geradas para os envolvidos. Caso isso ocorra, será necessário o

envolvimento da coordenação do curso, dos tutores e a participação de representantes dos(as) discentes. O objetivo desse instrumento é analisar a formação e a percepção do discente com relação ao curso, à Universidade e a aplicabilidade do conteúdo.

### **12.3 Avaliação de aprendizagem**

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos(as) discentes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o(a) discente não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- i. buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ii. obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- iii. desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

A relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Especialização em Gestão Escolar, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do(a) discente frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no seu dia a dia na escola.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do(a) discente no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O sistema de avaliação proposto neste PPC visa contemplar a construção e

apropriação do conhecimento que possa ser aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar enfatizando o caráter instrumental do curso, bem como a elaboração de projetos de intervenção possam ser aplicados para melhoria do ensino básico e de suas interlocuções. Os instrumentos mais relevantes para o desenvolvimento da avaliação podem ser realizados por meio de: grupos de estudo, seminários presenciais ou a distância, estudos de casos, elaboração de resenhas, debates, utilização de recursos de diferentes mídias, avaliações e exames especiais presenciais ou a distância, além dos recursos disponíveis no ambiente *Moodle*, como, por exemplo, os fóruns, os questionários, as vídeo e web conferências e os *wikis*.

Com relação às questões de acessibilidade para os alunos que a demandarem no processo avaliativo, o NEI oferece apoio e suporte para os professores do Curso para que esses profissionais possam garantir a sua participação na aprendizagem, em condições de igualdade e oportunidades, no processo formativo e avaliativo. Com esse apoio, os(as) docentes do curso podem adaptar materiais didáticos e pedagógicos, bem como as formas de avaliação discente para auxiliar os alunos na melhoria de seu desempenho acadêmico.

Na avaliação processual é considerada a produção dos(as) discentes durante o oferecimento das disciplinas através da postagem de trabalhos solicitados pelos professores e da participação nos trabalhos de construção coletiva, que devem ser acompanhadas e avaliadas pelos tutores presenciais ou a distância, com o apoio dos professores. O conjunto destas atividades terá o valor estabelecido pelo professor da disciplina de acordo com as especificidades de cada atividade para cada componente curricular. A realização das atividades a distância no ambiente *Moodle* será computada como registro de frequência dos(as) estudantes nesse ambiente virtual de aprendizagem.

Por conseguinte, ao final de cada disciplina são realizadas atividades avaliativas que podem ser presenciais ou a distância. Essas avaliações são elaboradas pelos professores responsáveis pelos componentes curriculares. Quando houver, as avaliações presenciais podem ser aplicadas pelos tutores presenciais ou a distância ou pelos coordenadores de polo.

A correção das atividades e avaliações deve ser realizada pelos professores, com a assistência dos tutores presenciais ou a distância.

O resultado das atividades e das avaliações deve ser registrado no quadro de

notas da disciplina no ambiente *Moodle*, visando possibilitar um acompanhamento permanente de seu desempenho por parte de todos os envolvidos no processo avaliativo.

A aprovação em qualquer componente da matriz curricular do curso somente ocorrerá se os alunos obtiverem, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades previstas nesse ambiente virtual de aprendizagem e, além disso, obtiverem, no mínimo, a média 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina. Cabe destacar que estes critérios estão dispostos nos regulamentos e resoluções da UFOP, e poderão ser alterados mediante decisão da instância competente na Universidade.

É assegurado aos discentes em cada disciplina em que estiverem regularmente matriculados e tiverem no mínimo setenta e cinco por cento (75%) de frequência e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero), o direito de serem avaliados por Exame Especial, que tem um caráter substitutivo e que compreende uma única avaliação. Para esse exame será atribuída apenas uma nota, na escala de zero a 10,0 (dez vírgula zero), sendo que, para a sua aprovação, é necessário que os(as) estudantes obtenham a nota mínima de 6,0 (seis vírgula zero).

Para a diplomação, os discentes devem obter desempenho satisfatório em todos os componentes curriculares e atividades indispensáveis à sua formação acadêmica e profissional, em todos os disciplinas dos Módulos Básico e Específico, de acordo com as regras explicitadas no PPC.

## **13 Processo de comunicação-interação entre os participantes**

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

Poderão ser utilizadas várias ferramentas de comunicação, sendo síncronas ou assíncronas. Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação e a plataforma Moodle ou outra que vier a substituí-la, além de orientações e auxílio para utilizá-la.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante

será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.